



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Exercícios comentados, questões e mapas mentais
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



OVG

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

**Analista Administrativo
Júnior**

EDITAL Nº 03/2025

**CÓD: SL-076JH-25
7908433278207**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	7
2. Ortografia oficial	10
3. Acentuação gráfica.....	15
4. Emprego das classes de palavras	18
5. Sintaxe de concordância	27
6. Regência.....	28
7. Colocação.....	30
8. Crase	31
9. Pontuação.....	32
10. Semântica: sendo de palavras e expressões de texto	34
11. Figuras de linguagem	39
12. Coesão e coerência textual.....	41
13. Redação oficial (conforme Manual de Redação da Presidência da República).....	43

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política E Econômica De Goiás

1. Formação histórica e evolução do Estado de Goiás.....	59
2. Aspectos geográficos: relevo, clima, hidrografia, vegetação e divisão territorial	62
3. Aspectos econômicos: setores produtivos, agropecuária, indústria, comércio e serviços	64
4. Cultura goiana: tradições, festas populares, patrimônio histórico e manifestações culturais.....	71
5. Realidade étnico-racial: povos indígenas, quilombolas e diversidade cultural.....	74
6. Estrutura política e organização do Estado de Goiás	78
7. Indicadores socioeconômicos atuais	82
8. Programas e políticas públicas estaduais.....	85

Direito Constitucional

1. Constituição: conceito, objeto e supremacia.....	93
2. Princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988.....	95
3. Direitos e garantias fundamentais	96
4. Organização do Estado: União, Estados, Municípios e Distrito Federal; Poderes da União.....	106
5. Legislativo	114
6. Executivo.....	124
7. Judiciário - competências e funções	127
8. Controle de constitucionalidade	139
9. Ordem social: princípios e direitos sociais.....	142

Direito Administrativo

1. Administração pública: conceitos, princípios e organização.....	161
2. Atos administrativos: conceitos, atributos, classificação, espécies e invalidação.....	166
3. Poderes administrativos: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia.....	180
4. Serviços públicos: conceito, princípios e formas de prestação.....	188
5. Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).....	199
6. Responsabilidade civil do Estado.....	205
7. Agentes públicos: regime jurídico, direitos, deveres e responsabilidades.....	210
8. Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021).....	223
9. Improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992 e alterações).....	296

Raciocínio Lógico

1. Estrutura lógica de relações; Proposições, conectivos e tabelas-verdade; Argumentação lógica: validade e invalidez; Diagramas lógicos.....	317
2. Problemas de contagem e análise combinatória.....	330
3. Probabilidade.....	333
4. Sequências lógicas e numéricas.....	335
5. Resolução de problemas quantitativos.....	336

Noções de Informática

1. Conceitos básicos de informática.....	343
2. Sistemas operacionais (Windows e Linux).....	344
3. Pacote Office (Word, Excel, PowerPoint e Outlook) - funcionalidades e recursos.....	370
4. Internet e Intranet: conceitos, navegação, segurança e boas práticas.....	410
5. Conceitos de hardware, software e periféricos.....	415

Conhecimentos Específicos Analista Administrativo Júnior

1. Organização das Voluntárias de Goiás (OVG): Histórico, missão, visão e valores da OVG; Estrutura organizacional da OVG; Programas e projetos desenvolvidos pela OVG; Legislação e normativas aplicáveis à OVG.....	423
2. Políticas sociais no âmbito da assistência social em Goiás.....	426
3. Noções sobre gestão de projetos sociais.....	430
4. Ética no serviço público e atendimento ao cidadão.....	435
5. Parcerias com organizações públicas e privada.....	442
6. Planejamento, execução e controle de ações sociais.....	445

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário**: O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de

conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

– **Cores**: As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.

– **Formas e símbolos**: Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.

– **Gestos e expressões**: Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

– **Conhecimento prévio**: Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

– **Contexto**: O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

– **Objetivos da leitura**: O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

Compreensão como Base para a Interpretação

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

Em síntese, a compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

Textos Verbais e Não-Verbais

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

Textos Verbais

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.
- **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.
- **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

— Textos Não-Verbais

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

— Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

Essa integração de elementos verbais e não-verbais é amplamente utilizada para aumentar a eficácia da comunicação, tornando a mensagem mais atraente e de fácil entendimento. Nos textos multimodais, como nos sites e nas redes sociais, essa combinação é ainda mais evidente, visto que o público interage simultaneamente com palavras, imagens e vídeos, criando uma experiência comunicativa rica e diversificada.

— Importância da Decodificação dos Dois Tipos de Texto

Para que a comunicação seja bem-sucedida, é essencial que o leitor ou observador saiba decodificar tanto os textos verbais quanto os não-verbais. Nos textos verbais, a habilidade de compreender palavras, estruturas e contextos é crucial. Já nos textos não-verbais, é fundamental interpretar corretamente os símbolos, gestos e elementos visuais, compreendendo suas nuances culturais e suas intenções comunicativas.

FORMAÇÃO HISTÓRICA E EVOLUÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

A OCUPAÇÃO INICIAL DO TERRITÓRIO: BANDEIRANTES E A BUSCA POR OURO

A ocupação do território goiano está intimamente ligada ao movimento de interiorização do Brasil promovido pelos bandeirantes paulistas nos séculos XVII e XVIII. Esses grupos de exploradores, em sua maioria oriundos da Capitania de São Paulo, foram fundamentais para a expansão do território colonial português e para a descoberta de importantes jazidas minerais.

No caso de Goiás, esse processo se intensificou com a busca por ouro, um dos principais motores da economia colonial no período.

O avanço bandeirante rumo ao interior do Brasil ocorreu por diversos motivos, como a captura de indígenas para escravização, a busca por riquezas naturais e a ampliação do domínio territorial português em áreas pouco exploradas.

A ausência de um controle rígido por parte da Coroa Portuguesa nas regiões interiores facilitava essas incursões, permitindo aos bandeirantes certa autonomia para explorar e ocupar novos espaços. Foi nesse contexto que se iniciou a ocupação da região hoje conhecida como Goiás.

O marco principal dessa fase da história goiana foi a expedição liderada por Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, em 1722. Acompanhado por um grupo de homens, ele subiu o curso do Rio Paranaíba e alcançou o Rio Vermelho, afluente do Rio Araguaia. Lá, segundo relatos históricos, teria utilizado de um estratagema simbólico — o famoso episódio da “água de fogo”, em que ameaçou atear fogo aos rios com aguardente, para impressionar os indígenas e obter informações sobre a localização de ouro.

A descoberta de ouro na região do Rio Vermelho, especialmente na área onde hoje se localiza o município de Goiás (antiga Vila Boa), atraiu grande número de aventureiros, comerciantes, escravos e religiosos. Essa movimentação deu origem a um processo de povoamento acelerado, resultando na fundação de diversos arraiais, como o Arraial de Sant’Ana, Arraial do Ouro Fino e, sobretudo, Vila Boa de Goiás, que se tornaria o principal centro urbano e administrativo da região por mais de dois séculos.

A importância econômica da mineração levou a Coroa Portuguesa a criar, em 1748, a Capitania de Goiás, desmembrada da Capitania de São Paulo. A instalação da capitania visava garantir o controle fiscal da produção aurífera e estabelecer um poder político mais eficiente na região. Foram criadas instituições como a Casa de Fundição, que centralizava a fundição do ouro extraído e recolhia o quinto — tributo real correspondente a vinte por cento da produção.

É importante destacar que, apesar do crescimento econômico propiciado pela mineração, a ocupação de Goiás teve características bastante precárias. A infraestrutura era limitada, os acessos eram difíceis e a organização social era marcada pela instabilidade, fruto da escassez de alimentos, da ausência de uma economia diversificada e dos frequentes conflitos entre exploradores e populações indígenas. Estes últimos sofreram com a escravidão, o deslocamento forçado e a perda de territórios tradicionais.

Do ponto de vista territorial, a ocupação do centro-oeste brasileiro a partir de Goiás também teve um papel estratégico na consolidação das fronteiras portuguesas frente à ameaça espanhola. A presença de núcleos urbanos e a atividade econômica intensa ajudaram a fixar o domínio português sobre uma vasta extensão interiorana, conferindo ao território goiano um valor geopolítico que extrapolava a questão econômica.

Portanto, a ocupação inicial de Goiás foi um reflexo do modelo de colonização predatório típico do período colonial, em que a exploração dos recursos naturais estava acima de qualquer planejamento sustentável ou integração social. A presença dos bandeirantes e o ciclo do ouro marcaram profundamente a formação histórica do estado, deixando heranças visíveis até hoje na cultura, na economia e na estrutura fundiária regional.

DECLÍNIO DA MINERAÇÃO E TRANSIÇÃO PARA A ECONOMIA AGROPECUÁRIA

O ciclo do ouro em Goiás, responsável pela ocupação e estruturação inicial do território, teve vida relativamente curta. A partir do final do século XVIII, os principais núcleos mineradores da região começaram a sofrer com o esgotamento das jazidas de ouro de aluvião, cuja extração dependia de técnicas rudimentares e mão de obra intensiva.

Esse declínio provocou transformações profundas na economia, na sociedade e na organização territorial do estado, abrindo caminho para uma nova etapa de desenvolvimento: a consolidação da agropecuária como base econômica regional.

Com o fim da rentabilidade da mineração, a população local foi obrigada a buscar alternativas de subsistência. Muitos mineradores e trabalhadores urbanos migraram para o campo, onde a terra se apresentava como o principal recurso produtivo disponível. Assim, a criação de gado e o cultivo de produtos agrícolas de subsistência tornaram-se as novas atividades econômicas predominantes na região.

A pecuária, em especial, teve papel central nesse novo ciclo. A criação extensiva de gado bovino, adaptada às vastas áreas de cerrado do território goiano, oferecia uma alternativa viável tanto para o consumo local quanto para o abastecimento de regiões vizinhas, como Minas Gerais e Bahia. O gado era transportado por tropas ao longo de rotas comerciais conhecidas como caminhos das tropas, que também serviam para o escoamento de produtos e circulação de pessoas.

Esse processo levou à formação de grandes propriedades rurais, os latifúndios, que passaram a dominar a economia e a paisagem do interior goiano. A elite agrária, composta por antigos mineradores, comerciantes e militares que haviam acumulado terras durante o ciclo do ouro, consolidou seu poder político e social. O modo de produção predominante baseava-se na mão de obra escrava até a abolição da escravidão em 1888, sendo substituído posteriormente por trabalhadores assalariados ou meeiros.

A agricultura, embora menos desenvolvida que a pecuária, também teve papel importante na nova configuração econômica. Produtos como mandioca, milho, arroz e feijão eram cultivados para o consumo interno e para o abastecimento das feiras locais. A ausência de mercados consumidores externos e a dificuldade de transporte limitavam a expansão dessa atividade, que se manteve em moldes essencialmente familiares e de subsistência por várias décadas.

A transição da mineração para a agropecuária também impactou o espaço urbano. Cidades como Vila Boa de Goiás, que haviam florescido com o ciclo do ouro, entraram em decadência. Sem a riqueza mineral e com a redução do fluxo de pessoas, essas localidades perderam importância econômica e política. A estagnação urbana marcou o século XIX em Goiás, refletindo a lentidão com que o estado se inseria nos processos de modernização que já atingiam outras regiões do país.

Durante o período imperial, Goiás permaneceu isolado dos grandes centros políticos e econômicos do Brasil. A precariedade das vias de comunicação e transporte dificultava a integração do estado ao restante do país. Essa condição contribuiu para a manutenção de estruturas sociais arcaicas, como o coronelismo e o clientelismo político, fenômenos que se perpetuaram até meados do século XX.

Apesar disso, é possível identificar, ainda no século XIX, alguns esforços para dinamizar a economia regional. Foram criadas feiras e mercados locais, incentivadas pelo poder público para estimular o comércio interno. Pequenos núcleos urbanos começaram a surgir ao redor de fazendas mais produtivas e de pontos estratégicos das rotas comerciais, como Pires do Rio e Catalão. Essas cidades funcionaram como entrepostos comerciais e centros de serviços voltados à atividade agropecuária.

Essa fase de transição também teve implicações culturais importantes. A vida rural passou a definir a identidade goiana, com valores como a religiosidade, o trabalho no campo, o respeito à hierarquia e a valorização da terra ganhando destaque no imaginário coletivo. As festas tradicionais, a culinária, o folclore e o modo de vida do sertanejo consolidaram-se nesse período como marcas da cultura regional.

Do ponto de vista político, a economia agropecuária contribuiu para a concentração de poder nas mãos dos grandes proprietários rurais, que dominaram os cargos públicos locais e regionais. O poder do latifúndio moldou a política goiana até o início do século XX, sendo um dos principais entraves à modernização econômica e à democratização das estruturas sociais do estado.

Em resumo, o declínio da mineração e a ascensão da agropecuária como principal atividade econômica marcaram uma mudança de paradigma em Goiás. Esse processo, embora lento e marcado por limitações estruturais, foi fundamental para a formação do estado rural que predominaria ao longo do século XIX. A transição econômica, social e territorial ocorrida nesse período

explica muitos dos desafios enfrentados por Goiás na contemporaneidade, como a concentração fundiária, o êxodo rural e as dificuldades de desenvolvimento urbano equilibrado.

A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO E A MUDANÇA DA CAPITAL

A modernização do estado de Goiás está diretamente ligada à reconfiguração político-administrativa que culminou com a transferência da capital estadual de Vila Boa (atual cidade de Goiás) para Goiânia em 1937. Esse processo marcou uma ruptura simbólica e prática com a estrutura econômica e social herdada do período colonial e do século XIX, representando a busca por integração nacional, eficiência administrativa e desenvolvimento urbano. A mudança da capital foi o ponto de partida para a reorganização territorial e para a inserção definitiva de Goiás no cenário político e econômico do Brasil moderno.

Até o início do século XX, o estado de Goiás permanecia relativamente isolado em relação aos grandes centros de poder e decisão do país. A capital, Vila Boa, embora rica em história e tradição, estava localizada em uma região montanhosa de difícil acesso, com infraestrutura urbana deficiente e pouca capacidade de expansão. Esse isolamento geográfico comprometia a gestão administrativa do estado e dificultava a implantação de políticas públicas eficazes.

A proposta de mudança da capital surgiu no contexto da Revolução de 1930, movimento que levou Getúlio Vargas ao poder e promoveu a centralização política do Brasil. Em Goiás, o médico Pedro Ludovico Teixeira foi nomeado interventor federal e assumiu o compromisso de modernizar o estado. Um dos eixos centrais de sua administração foi a construção de uma nova capital, mais bem localizada e com maior potencial de crescimento.

A escolha do local para a nova capital levou em conta critérios estratégicos como a proximidade de centros produtivos, o acesso facilitado por vias terrestres e a possibilidade de planejamento urbano racional. O local definido, na região do atual município de Goiânia, era plano, com disponibilidade de água e terras férteis, além de estar mais próximo de ferrovias como a Estrada de Ferro Goiás, que ligava a região à malha ferroviária nacional.

A construção de Goiânia teve início em 1933, baseada em um projeto urbanístico moderno, inspirado nas concepções de cidades-jardins europeias. O plano piloto foi elaborado por Atílio Corrêa Lima e, posteriormente, adaptado por Armando de Godoy, incluindo avenidas largas, praças planejadas, zonas residenciais e administrativas bem definidas. O traçado da cidade expressava os ideais de ordem, progresso e racionalidade típicos do urbanismo moderno.

Em 1937, a sede do governo foi oficialmente transferida para a nova capital, que passou a se desenvolver rapidamente. O processo de mudança gerou crescimento populacional, atração de investimentos e melhoria nos serviços públicos. Goiânia passou a concentrar as decisões políticas, os órgãos administrativos e, com o tempo, tornou-se o principal polo econômico e cultural do estado.

A modernização proporcionada pela nova capital também teve impacto sobre o restante do território goiano. O processo de urbanização se intensificou, o acesso à educação e à saúde foi ampliado e novas vias de transporte foram abertas, conectando a capital ao interior e a outros estados. Além disso, o governo estadual passou a investir em setores como agricultura mecanizada, energia elétrica e telecomunicações, fortalecendo a infraestrutura necessária ao desenvolvimento.

CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, OBJETO E SUPREMACIA

Sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos

No tocante aos sentidos sociológico, político e jurídico, são analisados pela doutrina, quando da análise

das denominadas “perspectivas”¹. Mesma observação com relação ao denominado objeto.

Dando-se prosseguimento aos nossos estudos, passaremos a analisar os denominados elementos da Constituição. Tal denominação surgiu em virtude de o fato das normas constitucionais serem divididas e agrupadas em pontos específicos, com conteúdo, origem e finalidade diversos.

Conquanto haja essa divisão e o agrupamento em questão, é de se registrar que nossa doutrina é divergente com relação aos elementos da Constituição, não se podendo afirmar que uma classificação está correta e a outra errada.

Em que pese essa divergência, remetemos à clássica divisão dada pelo Ilustre Prof. José Afonso da Silva. Senão, vejamos.

a) Elementos orgânicos – estabelecem as normas que regulam a estrutura do Estado e do Poder (Títulos III e IV, da CF);

b) Elementos limitativos – dizem respeito às normas que compõem os direitos e garantias fundamentais, limitando a atuação estatal;

c) Elementos sócio ideológicos – estabelecem o compromisso da Constituição entre o Estado Individualista e o Estado intervencionista (Título VII, da CF);

d) Elementos de estabilização constitucional – são as normas constitucionais destinadas a assegurar a solução de conflitos constitucionais, a defesa da CF, do Estado e das instituições democráticas. Eles constituem os instrumentos de defesa do Estado e buscam garantir a paz social (Artigos 34 a 36, da CF);

e) Elementos formais de aplicabilidade – encontram-se nas normas que estabelecem regras de aplicação das Constituições (ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias).

Classificações das constituições

Registre-se que a doutrina brasileira costuma utilizar-se de variados critérios de classificação das constituições, existindo variação entre eles.

a) Quanto à origem – as Constituições poderão ser **outorgadas** (aquelas impostas pelo agente revolucionário que não recebeu do povo a legitimidade para, em nome dele, atuar), **promulgadas** (fruto do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita diretamente pelo povo).

Ela é também denominada de democrática, votada ou popular), **cesaristas** (não é propriamente outorgada, nem democrática, ainda que criada com a participação popular, vez que essa visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder.

Conhecidas também como bonapartistas) e, **pactuadas ou dualistas** (são aquelas que surgem através de um pacto entre as classes dominante e oposição).

b) Quanto à forma – as Constituições podem ser **escritas** (instrumentais) ou **costumeiras** (não escritas).

c) Quanto à extensão – elas podem ser **sintéticas** (aquelas que apenas vinculam os princípios fundamentais e estruturais do Estado. São também denominadas de concisas, breves, sumárias, sucintas ou básicas) ou **analíticas** (são as Constituições que abordam todos os assuntos que os representantes do povo entenderem por fundamentais.

São também conhecidas como amplas, extensas, largas, prolixas, longas, desenvolvidas, volumosas ou inchadas).

d) Quanto ao conteúdo – **material** ou **formal**.

e) Quanto ao modo de elaboração – as Constituições podem ser **dogmáticas** (são aquelas que consubstanciam os dogmas estruturais e fundamentais do Estado) ou **históricas** (constituem-se através de um lento e contínuo processo de formação, ao longo do tempo).

f) Quanto à alterabilidade (estabilidade) – as Constituições podem ser **rígidas** (são aquelas que exigem um processo legislativo mais dificultoso para sua alteração), **flexíveis** (o processo legislativo de sua alteração é o mesmo das normas infraconstitucionais), **semirrígidas** (são as Constituições que possuem matérias que exigem um processo de alteração mais dificultoso, enquanto outras normas não o exigem), **fixas ou silenciosas** (são as Constituições que somente podem ser alteradas por um poder de competência igual àquele que as criou), **transitoriamente flexíveis** (são as suscetíveis de reforma, com base no mesmo rito das leis comuns, mas por apenas determinado período preestabelecido), **imutáveis** (são as Constituições inalteráveis) ou **super rígidas** (são aquelas que possuem um processo legislativo diferenciado para a alteração de suas normas e, de forma excepcional, algumas matérias são imutáveis).

g) Quanto à sistemática – as Constituições podem ser divididas em **reduzidas** (aquelas que se materializam em um só instrumento legal) ou **variadas** (aquelas que se distribuem em vários textos esparsos).

h) Quanto à dogmática – **ortodoxa** (Constituição formada por uma só ideologia) ou **eclética** (formada por ideologias conciliatórias diversas).

¹ <https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e-79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>

IMPORTANTE

Segundo a maioria da doutrina, a Constituição Federal de 1988 possui a seguinte classificação: formal, rígida, dogmática, promulgada, analítica, dirigente, normativa e eclética.

<https://www.editorajuspodivm.com.br/cdn/arquivos/8713b4e79cb9270ecc075bfab3b84b2a.pdf>

Constituição material e constituição formal

A divisão de constituição em material e formal é decorrente da adoção do critério relacionado ao **conteúdo da norma**.

Segundo esse critério, considera-se **constituição material** o conjunto de normas escritas ou não, em um documento que colaciona normas relativas à estrutura do Estado, organização do poder, bem como direitos e garantias fundamentais.

Com base nesse critério, para que a norma seja considerada materialmente constitucional **não é necessário** que ela esteja inserida no bojo da Constituição Federal, bastando versar sobre as matérias anteriormente mencionadas.

Caso determinada norma verse sobre as matérias descritas no parágrafo anterior e esteja inserida na Constituição Federal ela será considerada formal e materialmente constitucional.

Destaque-se que uma norma materialmente constitucional (p.ex., que verse sobre direito eleitoral), que não esteja inserida no bojo da Constituição Federal, poderá ser alterada por uma lei infraconstitucional, sem que haja necessidade de se observar os procedimentos mais rígidos estabelecidos para se alterar a estrutura da Magna Carta. Entretanto, isso não lhe retira o caráter de norma materialmente constitucional!

A segunda classificação quanto ao conteúdo diz respeito à **constituição formal** que é o conjunto de normas escritas, sistematizadas e reunidas em um único documento normativo, qual seja, na Constituição Federal.

Com base nesse critério, independentemente do conteúdo material da norma, **pelo simples fato de ela estar inserida na Constituição Federal**, já será considerada formalmente constitucional (§ 2º do art. 242, da CF).

Ainda que essas normas não tenham conteúdo materialmente constitucional, apenas e tão somente pelo fato de estarem inseridas no bojo da Constituição, somente poderão ser alteradas observando-se o rígido sistema de alteração das normas constitucionais.

Constituição-garantia e constituição-dirigente

Quanto à finalidade a constituição, segundo a doutrina, poderá ser dividida em constituição-garantia e constituição-dirigente.

A **constituição-garantia** (liberal, defensiva ou negativa) é um documento utilizado com a finalidade de garantir liberdades individuais, limitando-se o poder e o arbítrio estatal.

De outro vértice, a **constituição-dirigente** tem por finalidade estabelecer um tipo de Estado intervencionista, estabelecendo-se objetivos para o Estado e para a sociedade em uma perspectiva de evolução de suas estruturas.

Registre-se, por oportuno, que parcela da doutrina traz uma terceira classificação, que diz respeito à **constituição-balanço**, a qual se destina a registrar um dado período das relações de poder no Estado.

Normas constitucionais

Podemos dizer que as normas constitucionais são **normas jurídicas qualificadas**, haja vista serem dotadas de atributos característicos próprios. Dentre esses atributos que qualificam as normas constitucionais destacam-se três:

- Supremacia delas em relação às demais normas infraconstitucionais;
- Elevado grau de abstração;
- Forte dimensão política.

Não obstante existirem diversas obras doutrinárias sobre as normas constitucionais, em nosso estudo será adotada a clássica teoria do professor José Afonso da Silva, segundo a qual as normas constitucionais, quanto à sua eficácia e aplicabilidade, dividem-se em:

a) De eficácia plena – é aquela apta a produzir todos os seus efeitos jurídicos direta e **imediatamente após a entrada em vigor** do texto constitucional. Portanto, é uma norma de aplicabilidade direta, imediata e integral (p.ex.: artigos. 2º; 21; 22, dentre outros, da CF).

b) De eficácia contida – conquanto possua também **incidência imediata e direta, a eficácia não é integral**, haja vista que poderá sofrer restrições ou ampliações posteriores por parte do Poder Público. Nesse caso, para que a norma sofra essas restrições ou ampliações é imprescindível a **atuação positiva** do Poder Público, ao qual incumbirá editar norma posterior (p.ex.: artigos. 5º, LVIII; 37, I, dentre outros, da CF).

c) De eficácia limitada – referida norma, desde a promulgação da CF, produz **efeitos jurídicos reduzidos**, vez que **depende e demanda de uma atuação positiva e posterior** do legislador infraconstitucional. Para que a norma produza todos seus efeitos esperados é imprescindível que o legislador infraconstitucional edite a denominada **norma regulamentadora** (p.ex.: art. 7º, XX e XXVII, dentre outros, da CF).

Ainda que haja inércia por parte do legislador, a norma constitucional de eficácia limitada produzirá efeitos mínimos (p.ex.: impedirá que norma infraconstitucional contrária a ela seja editada, sob pena de inconstitucionalidade).

Portanto, é norma constitucional de aplicabilidade **indireta, mediata e reduzida**.

Para o professor José Afonso da Silva as normas de eficácia limitada subdividem-se em dois grupos:

c.1) Normas de princípio institutivo ou organizativo – destinadas à criação de organismos ou entidades governamentais, apresentando esquemas gerais de estruturação orgânica (p.ex.: artigos. 113; 121; dentre outros, da CF);

c.2) Normas de princípio programático – destinadas à previsão de princípios que tem a finalidade de ulterior cumprimento pelos órgãos do Estado, apresentando programas de atuação e com finalidade de efetivação de previsões sociais do Estado, sendo que para sua concretização é imprescindível a atuação futura do Poder Público (p.ex.: artigos 196; 205; dentre outros, da CF).

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, PRINCÍPIOS E ORGANIZAÇÃO

— Administração pública

Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.

Já em sentido estrito, a Administração Pública se subdivide em órgãos, pessoas jurídicas e agentes públicos que praticam funções administrativas em sentido subjetivo, sendo subdividida também na atividade exercida por esses entes em sentido objetivo.

Em suma, temos:

SENTIDO SUBJETIVO	Sentido amplo {órgãos governamentais e órgãos administrativos}.
SENTIDO SUBJETIVO	Sentido estrito {pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido amplo {função política e administrativa}.
SENTIDO OBJETIVO	Sentido estrito {atividade exercida por esses entes}.

Existem funções na Administração Pública que são exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes da Administração que são subdivididas em três grupos: fomento, polícia administrativa e serviço público.

Para melhor compreensão e conhecimento, detalharemos cada uma das funções. Vejamos:

a. Fomento: É a atividade administrativa incentivadora do desenvolvimento dos entes e pessoas que exercem funções de utilidade ou de interesse público.

b. Polícia administrativa: É a atividade de polícia administrativa. São os atos da Administração que limitam interesses individuais em prol do interesse coletivo.

c. Serviço público: resume-se em toda atividade que a Administração Pública executa, de forma direta ou indireta, para satisfazer os anseios e as necessidades coletivas do povo, sob o regime jurídico e com predominância pública. O serviço público também regula a atividade permanente de edição de atos normativos e concretos sobre atividades públicas e privadas, de forma implementativa de políticas de governo.

A finalidade de todas essas funções é executar as políticas de governo e desempenhar a função administrativa em favor do interesse público, dentre outros atributos essenciais ao bom andamento da Administração Pública como um todo com o incentivo das atividades privadas de interesse social, visando sempre o interesse público.

A Administração Pública também possui elementos que a compõe, são eles: as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado por delegação, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa estatal.

— Observação importante:

Pessoas jurídicas de direito público são entidades estatais acopladas ao **Estado**, exercendo finalidades de interesse imediato da coletividade. Em se tratando do direito público externo, possuem a personalidade jurídica de direito público cometida à diversas nações estrangeiras, como à Santa Sé, bem como a organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO. (art. 42 do CC).

No direito público interno encontra-se, no âmbito da administração direta, que cuida-se da Nação brasileira: União, Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios (art. 41, incs. I, II e III, do CC).

No âmbito do direito público interno encontram-se, no campo da administração indireta, as autarquias e associações públicas (art. 41, inc. IV, do CC). Posto que as associações públicas, pessoas jurídicas de direito público interno dispostas no inc. IV do art. 41 do CC, pela Lei n.º 11.107/2005,7 foram sancionadas para auxiliar ao consórcio público a ser firmado entre entes públicos (União, Estados, Municípios e Distrito Federal).

Princípios da administração pública

De acordo com o administrativista Alexandre Mazza (2017), princípios são regras condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sua função é informar e materializar o ordenamento jurídico bem como o modo de atuação dos aplicadores e intérpretes do direito, sendo que a atribuição de informar decorre do fato de que os princípios possuem um núcleo de valor essencial da ordem jurídica, ao passo que a atribuição de enformar é denotada pelos contornos que conferem à determinada seara jurídica.

Desta forma, o administrativista atribui dupla aplicabilidade aos princípios da **função hermenêutica** e da **função integrativa**.

Referente à função hermenêutica, os princípios são amplamente responsáveis por explicitar o conteúdo dos demais parâmetros legais, isso se os mesmos se apresentarem obscuros no ato de tutela dos casos concretos. Por meio da função integrativa, por sua vez, os princípios cumprem a tarefa de suprir eventuais lacunas legais observadas em matérias específicas ou diante das particularidades que permeiam a aplicação das normas aos casos existentes.

Os princípios colocam em prática as funções hermenêuticas e integrativas, bem como cumprem o papel de esboçar os dispositivos legais disseminados que compõem a seara do Direito Administrativo, dando-lhe unicidade e coerência.

Além disso, os princípios do Direito Administrativo podem ser expressos e positivados escritos na lei, ou ainda, implícitos, não positivados e não escritos na lei de forma expressa.

— **Observação importante:**

Não existe hierarquia entre os princípios expressos e implícitos. Comprova tal afirmação, o fato de que os dois princípios que dão forma ao **Regime Jurídico Administrativo**, são meramente implícitos.

Regime Jurídico Administrativo: é composto por todos os princípios e demais dispositivos legais que formam o Direito Administrativo. As diretrizes desse regime são lançadas por dois princípios centrais, ou supraprincípios que são a Supremacia do Interesse Público e a Indisponibilidade do Interesse Público.

Supremacia do Interesse Público	Conclama a necessidade da sobreposição dos interesses da coletividade sobre os individuais.
Indisponibilidade do Interesse Público	Sua principal função é orientar a atuação dos agentes públicos para que atuem em nome e em prol dos interesses da Administração Pública.

Ademais, tendo o agente público usufruído das prerrogativas de atuação conferidas pela supremacia do interesse público, a indisponibilidade do interesse público, com o fito de impedir que tais prerrogativas sejam utilizadas para a consecução de interesses privados, termina por colocar limitações aos agentes públicos no campo de sua atuação, como por exemplo, a necessidade de aprovação em concurso público para o provimento dos cargos públicos.

Princípios Administrativos

Nos parâmetros do art. 37, *caput* da Constituição Federal, a Administração Pública deverá obedecer aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos:

— **Princípio da Legalidade:** Esse princípio no Direito Administrativo, apresenta um significado diverso do que apresenta no Direito Privado. No Direito Privado, toda e qualquer conduta do indivíduo que não esteja proibida em lei e que não esteja contrária à lei, é considerada legal. O termo legalidade

para o Direito Administrativo, significa subordinação à lei, o que faz com que o administrador deva atuar somente no instante e da forma que a lei permitir.

— **Observação importante:** O princípio da legalidade considera a lei em sentido amplo. Nesse diapasão, compreende-se como lei, toda e qualquer espécie normativa expressamente disposta pelo art. 59 da Constituição Federal.

— **Princípio da Impessoalidade:** Deve ser analisado sob duas óticas:

a) **Sob a ótica da atuação da Administração Pública em relação aos administrados:** Em sua atuação, deve o administrador pautar na não discriminação e na não concessão de privilégios àqueles que o ato atingirá. Sua atuação deverá estar baseada na neutralidade e na objetividade.

b) **Em relação à sua própria atuação, administrador deve executar atos de forma impessoal, como dispõe e exige o parágrafo primeiro do art. 37 da CF/88 ao afirmar que:** “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”

— **Princípio da Moralidade:** Dispõe que a atuação administrativa deve ser totalmente pautada nos princípios da ética, honestidade, probidade e boa-fé. Esse princípio está conexo à não corrupção na Administração Pública.

O princípio da moralidade exige que o administrador tenha conduta pautada de acordo com a ética, com o bom senso, bons costumes e com a honestidade. O ato administrativo terá que obedecer a Lei, bem como a ética da própria instituição em que o agente atua. Entretanto, não é suficiente que o ato seja praticado apenas nos parâmetros da Lei, devendo, ainda, obedecer à moralidade.

— **Princípio da Publicidade:** Trata-se de um mecanismo de controle dos atos administrativos por meio da sociedade. A publicidade está associada à prestação de satisfação e informação da atuação pública aos administrados. Via de regra é que a atuação da Administração seja pública, tornando assim, possível o controle da sociedade sobre os seus atos.

Ocorre que, no entanto, o princípio em estudo não é absoluto. Isso ocorre pelo fato deste acabar por admitir exceções previstas em lei. Assim, em situações nas quais, por exemplo, devam ser preservadas a segurança nacional, relevante interesse coletivo e intimidade, honra e vida privada, o princípio da publicidade deverá ser afastado.

Sendo a publicidade requisito de eficácia dos atos administrativos que se voltam para a sociedade, pondera-se que os mesmos não poderão produzir efeitos enquanto não forem publicados.

— **Princípio da Eficiência:** A atividade administrativa deverá ser exercida com presteza, perfeição, rendimento, qualidade e economicidade. Anteriormente era um princípio implícito, porém, hodiernamente, foi acrescentado, de forma expressa, na CF/88, com a EC n. 19/1998.

RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURA LÓGICA DE RELAÇÕES; PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS E TABELAS-VERDADE; ARGUMENTAÇÃO LÓGICA: VALIDADE E INVALIDEZ; DIAGRAMAS LÓGICOS

A habilidade de discernir e construir relações lógicas entre entidades diversas é uma competência fundamental no pensamento analítico. Ela permite que um indivíduo percorra informações e estabeleça conexões significativas, mesmo quando os elementos envolvidos são abstratos ou hipotéticos. Ao explorar este domínio, desenvolve-se a capacidade de extrair conclusões válidas e verificar a solidez das premissas subjacentes. Tal habilidade é crucial para a resolução de problemas complexos e para a tomada de decisões informadas em uma variedade de contextos.

Agora, veremos os conteúdos necessários para aprimorar essa habilidade:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Antes de tudo, é essencial compreender o conceito de proposições. Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

– **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

– **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

– **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeira ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:

• Proposições Simples (ou Atômicas)

São proposições que não contêm outras proposições como parte integrante de si mesmas. São representadas por letras minúsculas, como p, q, r, etc.

Exemplos:

- p: “João é engenheiro.”
- q: “Maria é professora.”

• Proposições Compostas (ou Moleculares)

Formadas pela combinação de duas ou mais proposições simples. São representadas por letras maiúsculas, como P, Q, R, etc., e usam conectivos lógicos para relacionar as proposições simples.

Exemplo:

- P: “João é engenheiro e Maria é professora.”

Classificação de Frases

Ao classificarmos frases pela possibilidade de atribuir-lhes um valor lógico (verdadeiro ou falso), conseguimos distinguir entre aquelas que podem ser usadas em raciocínios lógicos e as que não podem. Vamos ver alguns exemplos e suas classificações.

“O céu é azul.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).

“Quantos anos você tem?” – Sentença aberta (é uma pergunta, sem valor lógico).

“João é alto.” – Proposição lógica (podemos afirmar ou negar).

“Seja bem-vindo!” – Não é proposição lógica (é uma saudação, sem valor lógico).

“ $2 + 2 = 4$.” – Sentença fechada (podemos atribuir valor lógico, é uma afirmação objetiva).

- “Ele é muito bom.” – Sentença aberta (não se sabe quem é “ele” e o que significa “bom”).
- “Choveu ontem.” – Proposição lógica (podemos dizer se é verdadeiro ou falso).
- “Esta frase é falsa.” – Não é proposição lógica (é um paradoxo, sem valor lógico).
- “Abra a janela, por favor.” – Não é proposição lógica (é uma instrução, sem valor lógico).
- “O número x é maior que 10.” – Sentença aberta (não se sabe o valor de x)

Agora veremos um exemplo retirado de uma prova:

1. (CESPE) Na lista de frases apresentadas a seguir:

- “A frase dentro destas aspas é uma mentira.”
- A expressão $x + y$ é positiva.
- O valor de $\sqrt{4 + 3} = 7$.
- Pelé marcou dez gols para a seleção brasileira.
- O que é isto?

Há exatamente:

- (A) uma proposição;
- (B) duas proposições;
- (C) três proposições;
- (D) quatro proposições;
- (E) todas são proposições.

Resolução:

Analisemos cada alternativa:

- (A) A frase é um paradoxo, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.
- (B) Não sabemos os valores de x e y, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. É uma sentença aberta e não é uma proposição lógica.
- (C) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa. É uma proposição lógica.
- (D) Podemos verificar se é verdadeira ou falsa, independente do número exato. É uma proposição lógica.
- (E) É uma pergunta, então não podemos dizer se é verdadeira ou falsa. Não é uma proposição lógica.

Resposta: B.

Conectivos Lógicos

Para formar proposições compostas a partir de proposições simples, utilizamos conectivos lógicos. Esses conectivos estabelecem relações entre as proposições, criando novas sentenças com significados mais complexos. São eles:

Operação	Conectivo	Estrutura Lógica	Exemplos		
			p	q	Resultado
Negação	\sim ou \neg	Não p	"Hoje é domingo"	-	$\sim p$: "Hoje não é domingo"
Conjunção	\wedge	p e q	"Estudei"	"Passei na prova"	$p \wedge q$: "Estudei e passei na prova"
Disjunção Inclusiva	\vee	p ou q	"Vou ao cinema"	"Vou ao teatro"	$p \vee q$: "Vou ao cinema ou vou ao teatro"
Disjunção Exclusiva	\oplus	Ou p ou q	"Ganhei na loteria"	"Recebi uma herança"	$p \oplus q$: "Ou ganhei na loteria ou recebi uma herança"
Condicional	\rightarrow	Se p então q	"Está chovendo"	"Levarei o guarda-chuva"	$p \rightarrow q$: "Se está chovendo, então levarei o guarda-chuva"
Bicondicional	\leftrightarrow	p se e somente se q	"O número é par"	"O número é divisível por 2"	$p \leftrightarrow q$: "O número é par se e somente se é divisível por 2"

Exemplo:

2. (VUNESP) Os conectivos ou operadores lógicos são palavras (da linguagem comum) ou símbolos (da linguagem formal) utilizados para conectar proposições de acordo com regras formais preestabelecidas. Assinale a alternativa que apresenta exemplos de conjunção, negação e implicação, respectivamente.

- (A) $\neg p$, $p \vee q$, $p \wedge q$
- (B) $p \wedge q$, $\neg p$, $p \rightarrow q$
- (C) $p \rightarrow q$, $p \vee q$, $\neg p$
- (D) $p \vee p$, $p \rightarrow q$, $\neg q$
- (E) $p \vee q$, $\neg q$, $p \vee q$

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Fundamentos de Informática

– **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

– **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

– **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

– **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

– **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

– **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

– **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

– **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

– **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

– **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

– **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

– **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

– **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

– **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

SISTEMAS OPERACIONAIS (WINDOWS E LINUX)

WINDOWS 10

O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

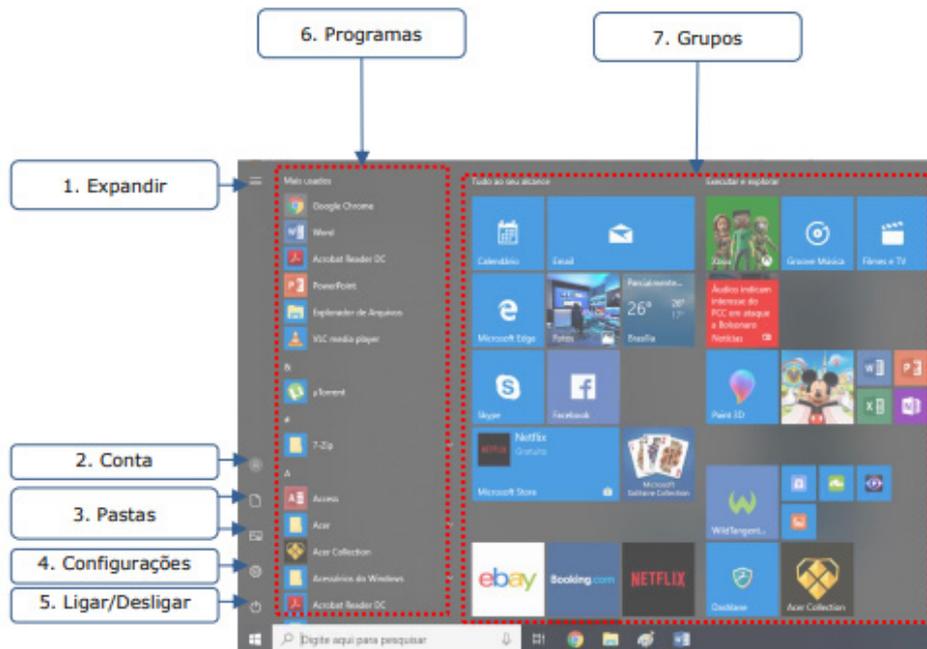
Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.

Operações de iniciar, reiniciar, desligar, login, logoff, bloquear e desbloquear

Botão Iniciar

O Botão Iniciar dá acesso aos programas instalados no computador, abrindo o Menu Iniciar que funciona como um centro de comando do PC.



Menu Iniciar

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Analista Administrativo Júnior

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS (OVG): HISTÓRICO, MISSÃO, VISÃO E VALORES DA OVG; ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA OVG; PROGRAMAS E PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA OVG; LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICÁVEIS À OVG

INTRODUÇÃO À OVG E SUA RELEVÂNCIA PARA O ESTADO DE GOIÁS

A Organização das Voluntárias de Goiás, mais conhecida como OVG, é uma instituição social de direito privado, sem fins lucrativos, que desempenha um papel de grande importância no apoio à população em situação de vulnerabilidade social no Estado de Goiás.

Com forte atuação na assistência social, a OVG se destaca por promover ações que complementam as políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Estadual, com foco especial nas áreas de saúde, educação, assistência e inclusão social.

Fundada com o objetivo de articular o trabalho voluntário e ampliar o alcance das iniciativas solidárias no estado, a OVG se consolidou como uma ponte entre o poder público e a sociedade civil, mobilizando recursos, talentos e parcerias em prol do bem coletivo. Seu funcionamento é caracterizado pela eficiência, empatia e compromisso com as necessidades reais da população goiana, especialmente das comunidades mais vulneráveis.

A atuação da OVG é amparada em princípios de solidariedade, cidadania e justiça social, com ações voltadas ao atendimento direto da população e também ao fortalecimento de redes de apoio. Em diversas regiões do estado, a instituição é responsável por projetos de grande impacto social, como distribuição de cestas básicas, apoio a pessoas com deficiência, qualificação profissional, além de campanhas em datas comemorativas, como Natal e Páscoa.

Um dos diferenciais da OVG é a sua capacidade de integração com outras esferas do governo e com entidades do terceiro setor, o que a torna uma entidade estratégica dentro da política de assistência social do Estado de Goiás. Ao mesmo tempo em que recebe apoio institucional, a organização mantém sua autonomia administrativa e financeira, o que possibilita maior flexibilidade na execução dos seus projetos e maior rapidez na resposta às demandas sociais.

Outro ponto de destaque é o trabalho voluntário, elemento essencial no modelo de funcionamento da OVG. A instituição valoriza a participação cidadã por meio do voluntariado organi-

zado, canalizando esforços individuais em ações estruturadas e contínuas, o que potencializa os resultados alcançados e estimula o envolvimento da sociedade nas causas sociais.

Com mais de cinco décadas de história, a OVG se transformou em uma das principais referências em atuação social no Centro-Oeste brasileiro. Seu modelo de gestão vem sendo modernizado continuamente, com o uso de tecnologias e técnicas de gestão baseadas em resultados. Tudo isso contribui para a construção de uma cultura de solidariedade ativa e de compromisso coletivo com o bem-estar da população goiana.

A OVG representa uma ferramenta poderosa de transformação social em Goiás, aliando tradição e inovação para promover inclusão, dignidade e desenvolvimento humano. Sua importância transcende a simples execução de programas sociais, pois se insere num contexto mais amplo de mobilização da sociedade em torno de valores como empatia, justiça social e participação cidadã.

HISTÓRICO DA OVG E FUNDAMENTOS INSTITUCIONAIS (MISSÃO, VISÃO E VALORES)

A Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) foi criada em 1966, com o intuito de apoiar e complementar ações do Governo do Estado na área social. Surgiu a partir da mobilização de um grupo de mulheres lideradas pela então primeira-dama do estado, com o objetivo de amenizar as dificuldades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade, por meio do trabalho voluntário e da solidariedade organizada.

Ao longo das décadas, a OVG passou por transformações institucionais e operacionais que ampliaram seu campo de atuação e modernizaram sua gestão, tornando-a uma das principais entidades sociais de Goiás.

Durante os anos iniciais, a OVG atuava principalmente por meio da arrecadação e distribuição de doativos, além da promoção de campanhas beneficentes. Com o tempo, a organização passou a desenvolver projetos próprios, com foco em áreas estratégicas como qualificação profissional, atendimento a idosos, crianças e pessoas com deficiência, bem como programas de apoio emergencial. A consolidação da OVG como entidade reconhecida estadualmente se deu, sobretudo, pelo seu compromisso com a ética, a transparência e a efetividade de suas ações.

O modelo de atuação da OVG foi sendo gradualmente aperfeiçoado, com a introdução de ferramentas de gestão, ampliação das parcerias com o setor público e privado, e maior integração com as políticas públicas estaduais. Hoje, a instituição atua com base em planejamento estratégico, metas definidas e prestação de contas, o que fortalece sua credibilidade junto à população e aos órgãos de controle.

Além do seu papel operacional, a OVG também cumpre uma importante função simbólica: representa o espírito de solidariedade do povo goiano. Isso se reflete em sua base de voluntariado ativa, formada por cidadãos que desejam contribuir com o bem comum por meio do seu tempo, conhecimento e dedicação.

► **Missão da OVG**

A missão da OVG é promover ações de solidariedade e cidadania, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população goiana, especialmente dos segmentos sociais em situação de vulnerabilidade. A instituição busca oferecer atendimento humanizado, apoio material e oportunidades de desenvolvimento, sempre em sintonia com as necessidades reais da sociedade.

► **Visão da OVG**

A visão da OVG é ser referência em atuação social no Brasil, reconhecida pela eficiência na execução de programas e projetos, pela gestão transparente e pela mobilização efetiva da sociedade em ações de voluntariado e solidariedade. A organização almeja ampliar continuamente seu impacto social, com inovação e compromisso.

► **Valores institucionais da OVG**

A OVG baseia sua atuação em um conjunto de valores que orientam todas as suas ações e relações institucionais:

- **Compromisso social:** agir com responsabilidade na promoção da inclusão e justiça social.
- **Solidariedade:** cultivar e estimular atitudes de ajuda mútua e apoio ao próximo.
- **Ética:** atuar com integridade, honestidade e respeito às normas e às pessoas.
- **Transparência:** garantir a clareza na gestão de recursos e na comunicação com a sociedade.
- **Cidadania:** promover a participação ativa da população na construção de uma sociedade mais justa.
- **Inovação:** buscar constantemente novas formas de melhorar seus processos e resultados.
- **Valorização do ser humano:** reconhecer a dignidade e o potencial de cada pessoa atendida.

Esses fundamentos orientam não apenas a formulação dos programas sociais da OVG, mas também o modo como a instituição se relaciona com seus colaboradores, voluntários, parceiros e beneficiários. A clareza de missão, visão e valores contribui para manter a coesão institucional e guiar o crescimento responsável da organização ao longo do tempo.

Com essa base sólida, a OVG se mantém como uma entidade alinhada às demandas sociais contemporâneas, ao mesmo tempo em que preserva sua identidade histórica e cultural. Esse equilíbrio entre tradição e inovação é um dos elementos que explicam a longevidade e a relevância da organização no cenário goiano.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA OVG

A estrutura organizacional da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) foi desenvolvida para garantir agilidade, eficiência e transparência na execução de suas atividades.

Como entidade privada sem fins lucrativos, a OVG possui um modelo de gestão que integra elementos administrativos profissionais com o envolvimento do voluntariado, promovendo um

equilíbrio entre técnica e sensibilidade social. Sua estrutura é baseada em funções bem definidas, com instâncias de coordenação, supervisão e execução.

► **Administração geral e governança**

No topo da estrutura da OVG está a Presidência, normalmente ocupada pela Primeira-dama do Estado de Goiás ou por pessoa de sua indicação. A Presidência é responsável pela representação institucional, definição de diretrizes estratégicas, articulação política e mobilização de recursos junto a parceiros públicos e privados. Embora a figura da Primeira-dama não seja obrigatória legalmente, sua liderança tradicional tem sido um fator de visibilidade e engajamento para a organização.

Abaixo da Presidência está a Diretoria Executiva, composta por profissionais qualificados responsáveis pela operacionalização dos programas e pela gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais. Essa diretoria é quem coloca em prática as ações previstas no planejamento da organização, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

A estrutura é ainda apoiada por assessorias e coordenações técnicas, que atuam em áreas como:

- Planejamento e gestão estratégica
- Comunicação institucional
- Prestação de contas e controle interno
- Captação de recursos e parcerias
- Avaliação e monitoramento de programas

► **Coordenações de programas e projetos**

A OVG mantém várias coordenações especializadas, cada uma voltada para um conjunto de ações ou públicos-alvo específicos. Essas coordenações são responsáveis pela implementação dos projetos sociais nas áreas de:

- Assistência social
- Educação e qualificação profissional
- Inclusão de pessoas com deficiência
- Apoio a idosos
- Distribuição de benefícios eventuais (cestas básicas, kits de higiene, enxovais, entre outros)

Cada programa ou projeto conta com uma equipe técnica que atua no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação dos resultados, garantindo que os objetivos definidos sejam alcançados com qualidade e impacto real.

► **Núcleo de voluntariado**

O voluntariado é um dos pilares fundamentais da OVG. Por isso, existe um núcleo específico para organizar, formar e acompanhar os voluntários que atuam nos projetos da instituição. Esse núcleo é responsável por:

- Cadastrar e selecionar voluntários
- Oferecer capacitações e treinamentos
- Acompanhar e supervisionar as atividades dos voluntários
- Promover ações de valorização e reconhecimento do trabalho voluntário

Essa estrutura permite que o voluntariado seja exercido de forma contínua, comprometida e em conformidade com os objetivos dos programas sociais da organização.